

**AUTODETERMINAÇÃO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA
SENSORIAL VISUAL EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**SELF-DETERMINATION FOR CHILDREN WITH MULTIPLE VISUAL SENSORY
DISABILITIES IN PANDEMIC TIMES**

**AUTO DETERMINACIÓN PARA NIÑOS CON DISCAPACIDADES SENSORIALES
VISUALES MÚLTIPLES EN TIEMPOS DE PANDEMIA**

MOREIRA, Flavia Daniela dos Santos
flaviamoreira@ibc.gov.br
PPGEDV – Instituto Benjamin Constant
<https://orcid.org/0000-0003-3262-6289>

WALTER, Catia Crivelenti de Figueiredo
catiawalter@gmail.com
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0002-7033-8301>

RESUMO Introdução: Este estudo investigou se a autodeterminação pode proporcionar qualidade de vida e bem-estar para crianças com deficiência múltipla sensorial visual. Objetivo geral: explicar o termo *Self-Determination* e descrever seus benefícios para as crianças com deficiência múltipla sensorial visual. Método: pesquisa de abordagem qualitativa cunhada por uma revisão descritiva de literatura esquematizada a partir da análise de 14 artigos internacionais e um artigo nacional, consultados no *Google Scholar*, no período de 2000 a 2020. Resultados: os princípios da autodeterminação garantem qualidade de vida e bem-estar para as crianças com deficiência múltipla sensorial visual, pois valoriza os pontos fortes, acima das limitações. Considera-se importante incentivar o engajamento dessas crianças em casa e na escola.

Palavras-chave: Pandemia. Deficiência Múltipla Sensorial Visual. *Self-Determination*.

ABSTRACT Introduction: This study investigated whether self-determination can provide quality of life and well-being for children with multiple disabilities and visual impairments? General objective: explain the term *Self-Determination* and describe its benefits for children with multiple disabilities and visual impairments. Method: research with a qualitative approach based on a descriptive literature review based on the analysis of 14 international articles and one national article, consulted on Google Scholar, from 2000 to 2020. Results: the principles of self-determination guarantee quality of life and well-being for children with multiple disabilities and visual impairments, as it values strengths over limitations. It is considered important to encourage the engagement of these children at home and at school.

Keywords: Pandemic. Multiple Disabilities and Visual Impairment. *Self-determination*.

RESUMEN Introducción: Este estudio investigó si la autodeterminación puede proporcionar calidad de vida y bienestar a los niños con deficiencia múltiple sensorial visual. Objetivo general: explicar el término *Self-Determination* y describir sus beneficios para los niños con deficiencia múltiple sensorial visual. Método: investigación con enfoque cualitativo basada en una revisión descriptiva de la literatura a partir del análisis de 14 artículos internacionales y un artículo nacional, consultados en *Google Scholar*, de 2000 a 2020. Resultados: los principios de autodeterminación garantizan calidad de vida y bienestar -Ser para niños con deficiencia múltiple sensorial visual, ya que valora las fortalezas sobre las limitaciones. Se considera importante fomentar la participación de estos niños en el hogar y en la escuela.

Palabras clave: Pandemia. Deficiencia múltiple sensorial visual. *Self-Determination*.

1 INTRODUÇÃO

Mesmo sem haver uma ameaça global, as crianças com deficiência encontram-se em uma condição de vulnerabilidade e estigmas. O cenário atual, imposto pela doença coronavírus – COVID-19¹, alterou o curso de vida de toda a população mundial e, provavelmente, afetou com maior intensidade as crianças em condições de vulnerabilidade pré-existentes (UNESCO, 2020).

Dentre essas crianças, encontram-se aquelas com deficiência múltipla sensorial visual, as quais necessitam substancialmente do tato para acessar informações. Contudo, com as escolas fechadas, com distanciamento social e tantos outros desdobramentos ocasionados por essa pandemia, essas crianças e suas famílias vivenciaram momentos de incertezas, de perdas e de grande ansiedade.

Assim, surgiu o interesse em investigar se a autodeterminação pode proporcionar qualidade de vida e bem-estar para crianças com deficiência múltipla sensorial visual nesses tempos de pandemia.

As respostas para esse questionamento foram buscadas por meio de uma revisão descritiva de literatura, tendo como objetivo geral explicar o termo *Self-Determination* e descrever seus benefícios para as crianças com deficiência múltipla sensorial visual. Os objetivos específicos consistiram em: a) destacar a relevância

1 De acordo com a – World Health Organization (WHO, 2020), a COVID-19 é uma doença altamente infecciosa causada por um tipo de coronavírus recém-descoberto (SARS-19). As pessoas infectadas geralmente apresentam doença respiratória leve ou grave. Esse vírus se espalha principalmente por meio de gotículas de saliva ou secreção nasal quando a pessoa infectada tosse ou espirra. Recomenda-se o uso de máscara, lavar sempre as mãos, higienizar alimentos e utensílios vindos da rua e, sobretudo, evitar aglomerações.

desse tema e apontar carência de pesquisas nacionais b) propor atividades para serem realizadas em casa e na escola. Importa esclarecer que este estudo se estrutura pela abordagem qualitativa a partir do método da revisão descritiva de literatura, tendo como principais aportes teóricos textos americanos, notadamente dos pesquisadores Ryan e Deci (2000); Wehmeyer e Palmer (2000); Shogren e Turnbull (2006); Carte, Sisco e Lane (2011), entre outros.

Diante disso, este texto apresenta, primeiramente, os aspectos conceituais a respeito da criança com deficiência múltipla sensorial visual, discorre sobre a autodeterminação para essas crianças, a seguir, apresenta o método com análise dos dados de forma quantitativa e qualitativa e, por fim, encontram-se as conclusões.

1.1 As crianças com deficiência múltipla sensorial visual

Crianças com deficiência múltipla sensorial visual são aquelas que apresentam cegueira ou baixa visão, associadas a outras deficiências que podem ser de ordem física, intelectual, déficit de comunicação, comprometimentos neurológicos ou transtornos globais do desenvolvimento² (CHEN, 1995).

A natureza extremamente heterogênea dessa população impede a elaboração de uma definição sucinta a respeito dessa condição, que costuma variar bastante em decorrência de sua extensão e gravidade.

Muitas dessas crianças enfrentam desafios diários e lutam para comunicar seus interesses, para acessar informações adequadamente e funcionar de forma independente. Cada uma dessas crianças apresenta necessidades únicas na aprendizagem. Em vista disso, o que pode ser útil para uma, pode causar grande desconforto para outra (CHEN, 1995; HORN; KANG, 2012).

Segundo Argyropoulos e Thymakis (2014), uma das características mais comuns das crianças com deficiência múltipla sensorial visual é o elemento interativo das deficiências e seu impacto combinado no desenvolvimento. Isso pode realçar

² De acordo com Orsati *et al.* (2009), os transtornos globais do desenvolvimento podem ser definidos como sendo “*deficits* qualitativos em três grandes domínios: interação social, comunicação e comportamentos restritos, repetitivos e estereotipados”.

sérias dificuldades a serem transpostas, sobretudo, no que diz respeito a condições frágeis de saúde que requerem cuidados médicos constantes (HORN; KANG, 2012).

Todos esses aspectos podem projetar uma impressão equivocada em relação à educação dessas crianças. Podem suscitar, inclusive, a crença de que essa seja uma grave condição humana que dificulte alcançar progressos educacionais que propiciem qualidade de vida e inclusão social (CARVALHO, 2000; ARÁOZ; COSTA, 2015).

Em parte, esse tipo de concepção fundamenta-se em abordagens médicas. Mas pelo viés ecológico, o conceito de deficiência excede os graus de habilidades cognitivas, sensoriais ou motoras (AMARAL; CELIZIC, 2015) uma vez que, pela teoria dos sistemas ecológicos de Urie Bronfenbrenner (1979), o conceito de deficiência é entendido como uma questão de oportunidade reduzida, de interação entre a pessoa e o ambiente, com ênfase nas habilidades para acessar, explorar e participar em diversos ambientes, inclusive a capacidade para interagir com outras pessoas (BUNTIX; SCHALOCK, 2010).

Seguindo ainda pela abordagem ecológica, a deficiência não é considerada como algo inerente à pessoa e nem à sua condição médica, mas sim, o resultado de suas interações com a cultura, com as características socioeconômicas e com interações com o ambiente (NAKKEN; VLASKAMP, 2007). Dessa forma, acredita-se que, apesar de os inúmeros desafios impostos, as crianças com deficiência múltipla sensorial visual devem ter um envolvimento ativo na vida familiar, na realização de atividades escolares com os colegas, bem como vivenciar oportunidades em diferentes contextos sociais.

Ao expandir esse entendimento, verifica-se que, independentemente dos estratos sociais, de ter ou não deficiência, existem duas tendências de comportamento humano que podem limitar ou favorecer a aquisição de conhecimento, as quais podem ser expressas por modalidades de comportamentos passivos e ativos, construtivos ou indolentes (RYAN; DECI, 2000).

Alinhavado aos preceitos da abordagem ecológica, essas tendências podem sugerir muito mais do que apenas dotações biológicas ou impedimentos ocasionados por deficiências. Isso indica uma ampla gama de reações aos ambientes sociais, os quais podem promover ou minar potenciais humanos positivos. As pesquisas guiadas

pela *Self-Determination Theory* (SDT), ou seja, pela Teoria da Autodeterminação³, têm se mantido preocupadas com essas questões por considerar que os meios para experimentar qualidade de vida e bem-estar envolvem valores pessoais, preferências, pontos fortes e limitações (TURNBULL; TURNBULL, 2001).

1.2 Promovendo a autodeterminação para crianças com deficiência múltipla sensorial visual

O principal objetivo da autodeterminação é oferecer condições para que as pessoas adquiram ou assumam o controle sobre aspectos de sua vida, sobretudo no que se refere a: tomada decisão, resolução de problemas, estabelecimento e realização de metas, autodefesa, habilidades de liderança, autoconsciência, autogestão e autorregulação (CARTER; SISCO; LANE, 2011).

Field *et al.* (1998) explicam que esses sete princípios da autodeterminação envolvem a aquisição das seguintes habilidades: Tomada de decisão: habilidades para escolher adequadamente entre dois ou mais itens, aquele que representa um interesse ou necessidade; Resolução de problemas: reconhecer que existem perdas e ganhos, prós e contras em relação a determinadas ações; Definição e cumprimento de metas: capacidade para definir objetivos para si mesmo e alcançar esses objetivos por meio de ações; Autorregulação: capacidade para controlar o próprio comportamento, tendo compreensão sobre as próprias ações. Refere-se também ao automonitoramento, à autoavaliação, à autoinstrução e à autogestão; Autoconsciência: consciência dos próprios pontos fortes e áreas que precisam melhorar; Autoeficácia: compreender que suas ações têm uma repercussão no ambiente; Autodefesa: compreender que existem situações perigosas, ter habilidades de comunicação e iniciativa.

A autodeterminação pode ser complexa e complicada, como as responsabilidades da vida adulta, ou tão simples quanto escolher com qual brinquedo brincar. O fato é que o conceito de autodeterminação é muito amplo e abrange a aquisição de muitas habilidades, comportamentos e valores que se desenvolvem em um processo *continuum*.

3 Termo traduzido pelos autores.

Embora grande parte da Teoria da Autodeterminação realce as necessidades básicas, os estados motivacionais e outros aspectos que proporcionam qualidade de vida e bem-estar também a constituem. Por isso, é importante analisar o que pode garantir bem-estar e qualidade de vida para crianças com deficiência múltipla sensorial visual.

O termo bem-estar, presente nas definições da *World Health Organization* (WHO, 2003), é um componente atrelado tanto aos conceitos de saúde, quanto ao de saúde mental, sendo compreendido como elemento de natureza subjetiva, fortemente influenciado pela cultura. Imbuídas desse conceito, Sá e Pletsch (2021) compreendem que o significado de bem-estar se relaciona com a noção subjetiva de “sentir-se bem, não ter queixas, não apresentar sofrimento somático ou psíquico” e ausência de quaisquer lesões ou prejuízos funcionais no desempenho pessoal ou social (SÁ; PLETSCHE, 2021).

De todo modo, definir bem-estar não é tarefa fácil, haja vista que a sua composição envolve um conjunto de variáveis, como: idade, gênero, nível econômico e cultural. Por essa razão, Diener (1984) é eloquente ao afirmar que existem três aspectos que se sobressaem em relação ao bem-estar subjetivo. Primeiramente, é subjetivo porque reside nas experiências pessoais. Em segundo lugar, não corresponde apenas à ausência de fatores negativos, mas envolve medidas positivas. Terceiro, estrutura-se por uma avaliação global e não por uma avaliação restrita de apenas um domínio da vida (DIENER, 1984).

A qualidade de vida, por sua vez, pode ser pensada e medida tanto em termos objetivos, no que se refere ao nível socioeconômico, presença ou ausência de doença ou deficiência, como em termos subjetivos, como a satisfação com a vida de modo geral (MCDUGALL; EVANS; BALDWIN, 2010). Alguns pesquisadores definem qualidade de vida como a percepção de uma pessoa em relação à sua satisfação ou prazer de viver (ANDERSON; BURCKHARDT, 1998; ZEKOVIC; RENWICK, 2003).

Frente ao exposto, entende-se que bem-estar e qualidade de vida – elementos constitutivos da autodeterminação – para as crianças com deficiência múltipla sensorial visual – são denominações muito amplas que podem se configurar, também, por: a) oportunidades para se expressar, fazer escolhas e se envolver na solução de problemas; b) autorregulação que, em linhas gerais refere-se ao controle do próprio

comportamento, emoções e envolver-se em comportamentos sociais positivos; e c) engajamento, que pode ser entendido como a quantidade de tempo que as crianças permanecem interagindo com seu ambiente (PALMER *et al.*, 2012).

Diante de tais concepções, pode-se afirmar que bem-estar e qualidade de vida influem significativamente na funcionalidade das crianças com deficiência múltipla sensorial visual. Ou seja, quando essas crianças têm a oportunidade de se envolverem em relações interpessoais positivas, quando são incluídas no contexto social, de modo a participarem das atividades familiares, escolares e sociais e quando desfrutam de recursos e ambientes acessíveis, as dimensões centrais da autodeterminação são pontualmente alcançadas (MCDUGALL; EVANS; BALDWIN, 2010).

Mas para compreender melhor os benefícios da autodeterminação na vida das crianças com múltipla deficiência sensorial visual, o presente artigo apresenta uma revisão descritiva na literatura internacional e nacional, em artigos que tratam desse assunto e propõe algumas atividades para serem feitas em casa e na escola, durante a pandemia.

2 MÉTODO

Este trabalho foi elaborado a partir de uma revisão descritiva de literatura. De acordo com Paré e Kitsiou (2017), esse tipo de revisão dedica-se a buscar e classificar estudos com o objetivo de extrair determinadas informações de interesse, como: ano de publicação, métodos de pesquisa, técnicas de coleta de dados e força dos resultados da pesquisa. As revisões descritivas fornecem um valioso material de consulta sobre determinado tema a partir de autores que sustentam aspectos relevantes em relação aos benefícios de determinada técnica, tratamento ou programa (PARÉ; KITSIOU, 2017).

Os critérios de inclusão foram textos que abordassem a autodeterminação para crianças ou pessoas com deficiência. Os critérios de exclusão foram aplicados aos textos que abordavam a autodeterminação associada a outros aspectos, como autodeterminação para adultos, idosos, transtornos do desenvolvimento, doença mental e direito humanos.

A base de dados consultada foi o *Google Scholar* e os descritores utilizados foram “*self-determination for children with multiple disability*” e “autodeterminação para crianças com deficiência”. A pesquisa ocorreu durante os meses de setembro a outubro de 2020 e foram selecionados 14 artigos internacionais e um texto nacional. Considerou-se o período de 20 anos, compreendido entre os anos de 2000 a 2020.

Quadro 1 – Artigos selecionados no *Google Scholar*.

| AUTORIA | ANO | TÍTULOS INTERNACIONAIS | PUBLICAÇÃO |
|---|------|---|--|
| Richard M. Ryan, Edward Deci | 2000 | Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being | American Psychologist |
| Michael L. Wehmeyer, Susan B. Palmer | 2000 | Promoting the acquisition and development of self-determination in young children with disabilities | Early Education and Development |
| Karrie A. Shogren, Ann P. Turnbull | 2006 | Promoting self-determination in young children with disabilities: the critical role of families | Infants & Young Children |
| Mary Jane Brotherson, Christine C. Cook, Elizabeth J. Erwin, Cindy J. Weigel | 2008 | Understanding Self-Determination and Families of Young Children With Disabilities in Home Environments | Journal of Early Intervention |
| Elizabeth Joy Erwin, Mary Jane Brotherson, Susan B. Palmer, Christine C. Cook, Cindy J. Weigel, Jean Ann Summers | 2009 | How to promote self-determination for young children disabilities: evidence-based strategies for early childhood practioners and families | Young Exceptional Children |
| Erik W. Carter; Lynn G. Sisco; Kathleen Lynne Lane | 2011 | Paraprofessional Perspectives on Promoting Self-Determination Among Elementary and Secondary Students with Severe Disabilities | Research & Practice for Persons with Severe Disabilities |
| Susan B. Palmer <i>et al.</i> | 2012 | Foundations for Self-Determination in Early Childhood: An Inclusive Model for Children with Disabilities | Topics in Early Childhood Special Education |
| Michael L. Wehmeyer, Karrie A. Shogren, Susan Palmer, Kendra L. Williams-Diehm, Todd Little, Aaron Boulton | 2012 | Impact of the Self-Determined Learning Model of Instruction on Self-Determination: A Randomized-Trial Control Group Study | Exceptional Children |
| Marie-Claire Haelewyck | 2013 | Comment favoriser l'autodétermination des jeunes en situation de handicap afin de développer leur identité personnelle? | La nouvelle revue de l'adaptation et de la scolarisation |
| Richard M. Ryan, Christopher P. Niemiec | 2015 | Self-determination theory in schools of education: can empirically supported framework also be critical and libenting? | Theory and Research in Education |
| Szu-Yin Chu | 2018 | Family voices: promoting foundation skills of self-determination for young children with | Asia Pacific Education Review |

| disabilities in Taiwan | | | |
|--|------|--|--|
| Marisa H. Fisher, Lindsay S. Athamanah, Connie Sung, Cynde Katherine Josol | 2019 | Applying the self-determination theory to develop a school-to-work peer mentoring programme to promote social inclusion | Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities |
| Woon Chia Liu, John C. K. Wang, Johmarshall Reeve, Ying Hwa Kee | 2020 | What Determines Teachers' Use of Motivational Strategies in the Classrooms? A Self-Determination Theory Perspective | Journal of Education |
| Kanako Iwanaga, Fong Chan, Timothy N. Tansey, William T. Hoyt, Norman L. Berven | 2020 | Evaluation of Constructs Based on Self-Determination Theory and Self-Efficacy Theory as Predictors of Vocational Rehabilitation Engagement for People With Physical and Sensory Disabilities | Rehabilitation Counseling Bulletin |
| AUTORIA | ANO | TÍTULO NACIONAL | PUBLICAÇÃO |
| Maria Luisa Bissoto | 2014 | Deficiência intelectual e processos de tomada de decisão: estamos enfrentando o desafio de educar para autonomia? | Educação Unisinos |

Fonte: Dados organizados pelos autores.

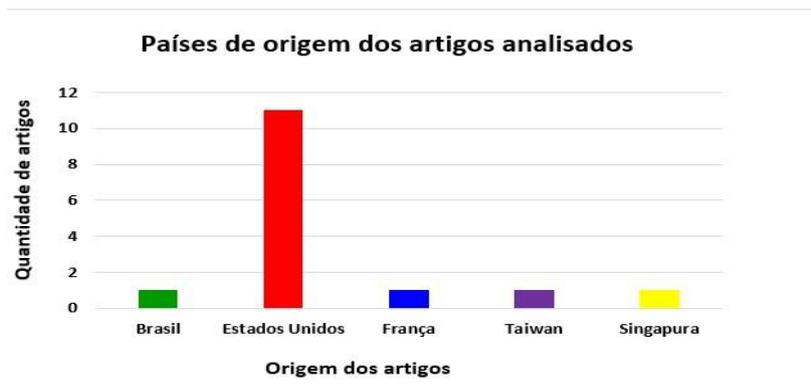
3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados, coletados por meio dessa revisão descritiva de literatura, foi feita de modo quantitativo e qualitativo. Na análise quantitativa, os dados foram organizados em gráficos para realçar informações a respeito do país de origem dos textos, autodeterminação para pessoas com deficiência, autodeterminação relacionada a outros assuntos. Na análise qualitativa, os textos selecionados foram lidos e agrupados em três categorias que pudessem atingir os objetivos do presente estudo, os quais consistiram em: a) explicar o que significa o termo Autodeterminação; b) descrever seus benefícios para as crianças com deficiências; c) propor algumas atividades para serem feitas em casa e na escola.

3.1 Análise quantitativa

O gráfico 1 apresenta os países de origem dos artigos analisados.

Gráfico 1 – Países de origem dos textos analisados.

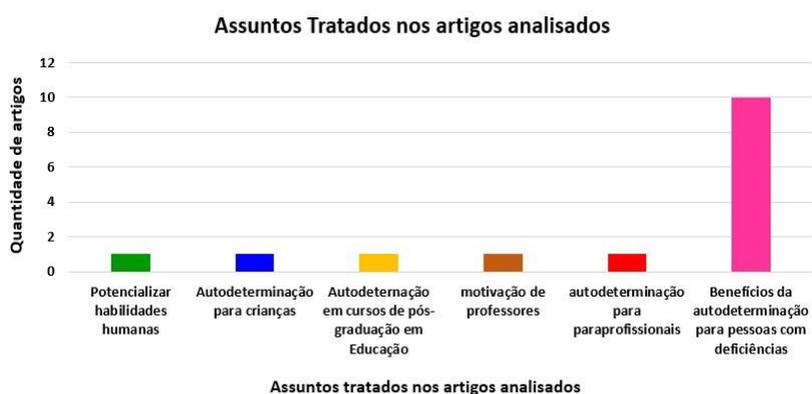


Fonte: Dados organizados pelos autores.

Descrição do gráfico: Gráfico colorido. Na parte superior, tem-se o título: países de origem dos artigos analisados. Na parte vertical tem-se a quantidade de artigos com valores do 0 ao 12. Na parte horizontal, tem-se os países de origem dos artigos: Brasil, Estados Unidos, França, Taiwan e Singapura. Fim da Descrição.

Os dados apresentados no gráfico 1 revelam que 11 artigos analisados foram de origem americana (73%); 1 artigo brasileiro (6,7%); 1 artigo francês (6,7%); 1 artigo de Taiwan (6,7%); e 1 artigo de Singapura (6,7%). Outras informações importantes que merecem destaque referem-se aos assuntos tratados nos artigos analisados, conforme mostrado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Assuntos tratados nos artigos analisados.





Fonte: Dados organizados pelos autores.

Descrição do gráfico: Gráfico colorido. Na parte superior, tem-se o título: assuntos tratados nos artigos. Na parte vertical tem-se a quantidade de artigos com valores do 0 ao 12. Na parte horizontal, tem-se os assuntos tratados nos artigos. Fim da Descrição.

Os dados apresentados no gráfico 2 mostram que 1 artigo (6,7%) utilizou os princípios da autodeterminação como elementos para potencializar habilidades humanas; 1 artigo (6,7%) analisou os benefícios da autodeterminação para crianças; 1 artigo (6,7%) investigou os efeitos da autodeterminação em cursos de pós-graduação em Educação; 1 artigo (6,7%) dedicou-se a analisar a influência da autodeterminação na motivação dos professores; 1 artigo (6,7%) analisou os benefícios da autodeterminação para a prática de para profissionais da educação especial; e 10 artigos (66,5%) dedicaram-se a realçar os benefícios da autodeterminação para pessoas com deficiências. Esse número é bastante significativo e serve para encorajar a utilização dos princípios da autodeterminação para promover a aquisição de habilidades e valorizar os pontos fortes de pessoas com deficiências.

3.2 Análise Qualitativa: Atribuindo significado ao termo Autodeterminação

Richard M. Ryan e Edward L. Deci (2000) consideram que os seres humanos podem ser proativos e engajados ou passivos e alienados, em geral, devido a um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais do meio onde estão inseridos. Na concepção desses mesmos autores, as pesquisas guiadas pela teoria da autodeterminação estruturaram-se em aspectos sócio contextuais que favorecem ou dificultam a motivação, a autorregulação e o bem-estar.

Em seus estudos, Richard M. Ryan e Edward L. Deci (2000) se depararam com três necessidades psicológicas inatas: competência, autonomia e exaltação. Quando satisfeitas, essas necessidades resultam em automotivação e saúde mental, mas, quando contrariadas, acarretam a diminuição da motivação e do bem-estar. Com base nisso, esses autores entendem que essas necessidades psicológicas afetam não só a saúde, mas também a vida social das pessoas.

Para Michael L. Wehmeyer e Susan B. Palmer (2000), a autodeterminação resulta de um conjunto de fatores que influenciam, de modo positivo ou negativo, as atitudes na adolescência e na idade adulta. Por isso, se as crianças, durante os anos iniciais do ensino fundamental, não tiveram acesso a uma base sólida, certamente não estarão preparadas para assumir o controle de suas vidas quando chegar a hora de fazê-lo. Com base nisso, os referidos autores propõem recomendações para o ensino durante a pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental e descrevem um modelo de instruções para promover a autodeterminação para crianças da educação infantil até o terceiro ano do ensino fundamental, além de darem sugestões para as famílias.

O artigo de Erik W. Carter, Lynn G. Sisco e Kathleen Lynne Lane (2011) é uma pesquisa de cunho descritivo voltada para examinar as perspectivas de 347 paraprofissionais⁴ em relação à promoção da autodeterminação para alunos do ensino médio com deficiências graves. Os pesquisadores selecionaram 135 escolas aleatoriamente e investigaram a perspectiva desses profissionais em relação à importância das sete habilidades de autodeterminação como importantes áreas de ensino para os alunos com quem trabalhavam e se forneciam instruções a esses alunos em cada uma dessas áreas. Os resultados dessa pesquisa mostraram que, embora esses paraprofissionais atribuíssem grande importância aos elementos da autodeterminação, suas práticas eram muito variáveis. Os pesquisadores constataram ainda que, embora os paraprofissionais, tivessem relatado que tinham alguma familiaridade com os princípios da autodeterminação, mencionaram que raramente recebiam treinamento nessa área.

Richard M. Ryan e Christopher P. Niemiec (2015) realizaram um estudo a fim de investigar se a teoria da autodeterminação, considerada como uma estrutura com suporte empírico, poderia também ser crítica e libertadora para a pós-graduação em educação. Os mesmos autores afirmam existir resistência nessas escolas a aceitar teorias formais apoiadas por métodos empíricos quantitativos. Os autores discutem

4 Os paraprofissionais são trabalhadores educacionais que não estão licenciados para dar aulas, mas podem realizar tanto atividades individuais com os alunos, como atividades na organização da sala de aula. Esses profissionais também podem ser chamados de assistente de ensino, assistente de instrução, auxiliar. Informações, disponíveis em: <https://www.verywellfamily.com/what-is-a-paraprofessional-3106873>. Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

os conceitos da teoria da autodeterminação e ressaltam que, ao contrário de muitas concepções pós-modernas, que são amplamente negativas, a autodeterminação é crítica e postula aspectos comuns da natureza humana. Essa abordagem permite reconceituar ambientes e mostra que os professores não são controladores e a escola não serve só para ensinar conteúdo para o futuro emprego.

O estudo realizado por Woon Chia Liu *et al.* (2020) examinou os antecedentes da utilização de estratégias motivacionais pelos professores em uma sala de aula usando a teoria da autodeterminação. No entendimento desses autores, a autodeterminação promove a motivação em sala de aula por se tratar de uma macroteoria da motivação humana com vistas a promover a curiosidade e atitudes positivas. Participaram 221 professores de 10 escolas secundárias de Singapura, com experiências de 1 a 40 anos no magistério. Os autores concluíram que a motivação autodeterminada influenciou a satisfação de suas necessidades com impacto positivo sobre sua motivação autônoma.

Benefícios da autodeterminação para crianças com deficiências

A importância em promover e incentivar atitudes de autodeterminação em crianças e jovens com deficiência tem recebido grande atenção de pesquisadores nos últimos 15 anos. A esse respeito, Shogren e Turnbull (2006) mencionam que, embora crianças sem deficiência tenham sido o foco principal nas primeiras pesquisas sobre autodeterminação, mais recentemente, as pesquisas estão dando atenção para compreender o desenvolvimento da autodeterminação para crianças pequenas com deficiências. Os mesmos autores colocaram em evidência o papel das famílias no processo de aquisição de habilidades de autodeterminação por crianças com deficiências. Para esses autores, é importantíssimo estabelecer uma parceria com as famílias para incentivá-las a explorar os diversos significados da autodeterminação, de modo a valorizar os pontos fortes de seus filhos.

No artigo de Susan B. Palmer *et al.* (2012), o Modelo de Fundamentos da Primeira Infância para Autodeterminação serviu para defender que os princípios da autodeterminação devem começar cedo na vida da criança. Esse modelo baseia-se na crença de que crianças pequenas com deficiência se beneficiam muito no relacionamento com adultos próximos a elas durante atividades que promovem um ambiente de apoio, com estímulos e uma parceria entre salas de aulas inclusivas e

Comentado [A1]: Subtítulo?

ambientes domésticos. Apoiado no conceito de autodeterminação, foi constatado que as habilidades fundamentais básicas para desenvolver a autodeterminação na vida adulta requerem que as crianças pequenas: a) adquiram habilidades para tomar decisões e resolver problemas; b) adquiram autorregulação; e c) engajamento.

A promoção da autodeterminação foi reconhecida como sendo uma das melhores práticas para o desenvolvimento de alunos da educação especial. Nesse sentido, Michael L. Wehmeyer *et al.* (2012) conduziram uma pesquisa quase experimental baseada no modelo de ensino *Self-Determination Learning Model of Instruction* (SDLMI) com o objetivo de avaliar se os alunos com deficiência intelectual, que receberam instrução por meio do SDLMI, apresentaram autodeterminação aprimorada. Participaram do estudo 312 alunos do ensino médio com deficiência intelectual ou dificuldades de aprendizagem de 20 distritos escolares dos Estados Unidos: Kansas (n=85), Missouri (n=97) e Texas (n=130). O SDLMI é um modelo de ensino que serve para apoiar os professores para que esses incentivem seus alunos a regular e direcionarem o processo de aprendizagem e, como resultado, adquiram habilidades de autorregulação e aprendizagem autodeterminada.

As discussões realizadas por Bissoto (2014) sublinharam a importância da autonomia e do processo de tomada de decisão e o direito de autodeterminar-se de pessoas com deficiência intelectual. A mesma autora realizou uma pesquisa bibliográfica crítico-reflexiva voltada para analisar: a) conceito de autonomia e tomada de decisão como processos histórico-sociais; b) relações entre esses conceitos e a deficiência intelectual; c) proposição de ações e reflexões para impulsionar a autonomia decisória nessas pessoas.

Marisa H. Fisher *et al.* (2019) realizaram um estudo com a intenção de descrever os benefícios de um programa de tutoria entre pares para promover o processo natural de motivação intrínseca e crescimento pessoal por meio de oportunidades para pessoas com deficiência intelectual e de desenvolvimento, com idades entre 13 a 21 anos, para que eles socializassem com 31 alunos de graduação sem deficiências, com idades entre 20 a 28 anos, da Universidade do Estado do Michigan que se ofereceram para participar do programa SPS-PM ao longo de três anos. A teoria da autodeterminação foi usada para orientar o desenvolvimento do *Spartan Project SEARCH-Peer Mentoring* (SPS-PM) com o objetivo de apoiar

mentores a interagirem com pessoas com deficiência intelectual e de desenvolvimento e para ajudar mentores da mesma idade a se sentirem conectados com a comunidade universitária.

Kanako Iwanaga *et al.* (2020) avaliaram a construção de atitudes de engajamento em reabilitação para pessoas com deficiências físicas e sensoriais. Os referidos autores avaliaram dois constructos: a teoria da autodeterminação de Ryan e a teoria da autoeficácia de Bandura, considerando que eles seriam preditores para o envolvimento de reabilitação vocacional (RV). Os dados foram coletados no Centro de Pesquisas e Treinamento em Reabilitação em Práticas Baseadas em Evidências em Reabilitação Profissional. O estudo não esclareceu a localização do referido centro, mas ressalta que participaram 247 clientes, com idades entre 16 a 65 anos, com deficiências físicas e sensoriais, recrutados em escritórios de RV localizados no Alasca, Kentucky, Flórida, Michigan, Novo México, Texas, Utah e Wisconsin.

3.? Propostas de atividades, em casa, baseadas na autodeterminação

A pesquisa realizada por Mary Jane Brotherson *et al.* (2008) focalizou o desenvolvimento da autodeterminação emergente para crianças com deficiência em seus ambientes domésticos. O objetivo desse estudo consistiu em compreender melhor a dinâmica familiar, as características do ambiente doméstico e como essas características influenciavam as famílias a ensinarem a autodeterminação para seus filhos com deficiência. Essa pesquisa evidenciou que fatores culturais, sociais, econômicos e concepções pessoais influenciam o modo como as famílias oferecem estratégias para promover a autodeterminação de seus filhos em casa.

Elizabeth Joy Erwin *et al.* (2009) elaboraram um trabalho com várias estratégias para apoiar familiares e profissionais que atendem crianças com deficiência para que eles incentivem essas crianças a alcançarem habilidades da autodeterminação. No referido artigo, os mesmos autores apresentam orientações e questionamentos para entender o que as famílias pensam a respeito da autodeterminação e apresentam estratégias específicas baseadas em evidências para promover a autodeterminação em casa. Para esses autores, é importante que, desde cedo, as crianças tenham a oportunidade de: a) se engajarem em relações positivas dentro de casa; b) serem

encorajadas a fazerem escolhas e tomar decisões; c) explorem ativamente o ambiente; d) tenham sua autoestima fortalecida.

O trabalho realizado por Marie-Claire Haelewyck (2013) realça a importância da autodeterminação no surgimento da identidade pessoal do adolescente com deficiência. Para alcançar tal propósito, a referida autora fez duas buscas: a) descrever a implementação de uma ferramenta educacional voltada para desenvolver a autodeterminação nessa população; b) descrever os benefícios de um treinamento dado aos pais e cuidadores desses adolescentes. O referido estudo ocorreu dentro do Serviço Social de Ortopedia Clínica na Universidade de Mons na Bélgica (UMONS) em três fases entre os anos de 2003 e 2006.

Szu-Yin Chu (2018) também direcionou seu foco para investigar as perspectivas de famílias taiwanesas em relação a promoção dos princípios da autodeterminação para crianças com deficiência. Participaram 21 famílias de crianças com deficiência com idades entre 3 e 6 anos, em Taiwan. Os dados foram codificados e surgiram quatro temas. O primeiro, mostrava que os pais viam de forma positiva e usavam uma variedade de estratégias para promover a autodeterminação em casa. Em segundo lugar, os pais ressaltaram os desafios enfrentados para apoiar a realização de habilidades básicas de seus filhos, no que se refere à deficiência da criança, sua condição de saúde, os horários dos pais e a qualidade do suporte familiar. O terceiro aspecto referia-se às expectativas das famílias para que seus filhos pudessem ser autorregulados, fizessem escolhas e participassem ativamente das atividades. Em quarto lugar, as famílias mencionaram a importância da parceria positiva com os filhos.

Com base nesses estudos, este trabalho considera que as crianças com deficiência múltipla sensorial visual também podem se beneficiar grandemente dos princípios da autodeterminação em suas casas, durante a pandemia, junto com suas famílias. As atividades listadas a seguir podem não refletir os interesses ou valores familiares, mas se basearam nos artigos citados anteriormente e nas pesquisas de Moreira (2021) em relação aos benefícios de recursos e estratégias táteis para valorizar pontos fortes e necessidades específicas dessas crianças.

1) Fazendo Escolhas em Casa



As escolhas são um aspecto importante da autodeterminação, por isso convém criar oportunidades para que a criança faça escolhas significativas, por meio de itens concretos que sirvam para representar atividades diárias. A esse respeito, Moreira (2021) é incisiva ao descrever a importância dos recursos, técnicas e estratégias táteis destinadas a oferecer informações por meio de componentes que podem ser discriminados pelo tato. Sem dúvida, as escolhas representam o primeiro passo para fomentar habilidades de autodeterminação e evitar a dependência excessiva e o baixo senso de eficácia. Criar oportunidades para que a criança faça escolhas, por meio da percepção tátil, relaciona-se a uma série de atividades educacionais positivas, conforme evidenciado nas pesquisas descritas anteriormente, dentre as quais citam-se: Kennedy e Haring (1993), Shogren e Turnbull (2006), Palmer *et al.* (2012), Wehmeyer *et al.* (2012), Bissoto (2014) e Moreira (2021).

A organização de configurações educacionais, para valorizar a escolha da criança, garante maior envolvimento quando ela está ativamente envolvida com estímulos preferidos e interagindo com outra pessoa disposta a saber qual será sua escolha (KENNEDY; HARING, 1993). Considerado tal assertiva, uma possível sugestão de atividade baseia-se nas preferências da criança. Pode-se colocar dois alimentos dentro de uma área delimitada (caixa de papelão) para que a criança escolha seu preferido. Mesmo que o adulto já saiba o que a criança escolherá, é muito importante deixá-la assumir o controle dessa escolha. A figura 1, a seguir, mostra um exemplo dessa situação.

Figura 1 – Exemplo de escolhas dentro de casa.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.



Descrição da imagem: Imagem colorida. Da esquerda para direita, tem-se uma banana e a seguir, um pacote de bolachas recheadas dentro de uma caixa de papelão. Fim da descrição.

A atividade mostrada na figura 1 pode ser feita também com outros itens do interesse da criança, como por exemplo: brinquedos, peças de vestuário etc. Moreira (2021) ressalta que todas as pessoas se comunicam e podem usar sua comunicação para fazer escolhas. O importante é identificar os pontos fortes da criança e deixá-la fazer suas escolhas.

2) Modelagem Manual em Casa

Muitas famílias de crianças com deficiência múltipla sensorial visual podem se questionar sobre o que podem fazer em casa para ajudar seus filhos. O primeiro passo é tentar compreender as limitações da criança, considerar seus pontos fortes para ajudá-la a ter participação ativa na rotina familiar e definir expectativas adequadas. Uma possível sugestão de atividade é a modelagem manual. A figura 2 mostra um exemplo possível de ser feito em casa.

Figura 2 – Exemplo de modelagem manual.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Descrição da imagem: Imagem colorida. Nesta imagem aparecem as mãos de um adulto, lavando um copo verde e a mão direita de uma criança, em cima da mão direita desse adulto. As mãos do adulto seguram um copo verde embaixo de uma torneira por onde sai água. A mão direita da criança está em cima da mão direita do adulto. Fim da descrição.

De acordo com Dote-Kwan (1995) a modelagem é uma demonstração daquilo que se deseja que a criança imite e/ou faça. Nesse exemplo, embora a criança não saiba lavar um copo sozinha, ela pode sentir os movimentos do adulto, a espuma do detergente e a água. Ela pode ouvir o som da água saindo da torneira e o cheiro do

detergente. Aprender habilidades para uma vida independente é um desafio para muitas crianças com deficiência múltipla sensorial visual, mas se elas tiverem oportunidades que valorizem seus pontos fortes, sua participação poderá ocorrer de forma ativa dentro do ambiente doméstico.

Essas sugestões de atividades abrem possibilidades para que outras escolhas e outras modelagens manuais possam ser implementadas no ambiente doméstico. De igual modo, é muito importante elogiar a criança quando ela estiver envolvida nessas atividades e falar que sente orgulho de sua ajuda. Certamente isso aumentará sua autoestima.

4 CONCLUSÕES

Por se tratar de um assunto pouco pesquisado no cenário nacional, este artigo se destaca por apresentar os benefícios da autodeterminação para pessoas com deficiências e, sobretudo, para crianças com deficiência múltipla sensorial visual. A revisão descritiva de literatura servirá de material de consulta para outros professores e pesquisadores, podendo suscitar novas pesquisas a respeito dessa temática. As sugestões de atividades mostram como a autodeterminação pode ser implementada na prática.

Por essa razão, espera-se que as discussões levantadas neste trabalho sirvam como pontos de partida para incentivar o engajamento dessas crianças junto com suas famílias, em atividades baseadas na autodeterminação, para superarem juntas esse momento de tantas incertezas.

Como visto anteriormente, a análise dos 15 textos discutidos neste trabalho mostrou que os componentes da autodeterminação oferecem benefícios para pessoas com deficiência e, no caso das crianças com deficiência múltipla sensorial visual, esses benefícios também podem se efetivar à medida que elas tiverem oportunidades de agir com autonomia, expressar suas necessidades e interesses e participar ativamente das atividades. Como visto nas pesquisas apresentadas, esses aspectos também incorporam os princípios da autodeterminação e garantem qualidade de vida e bem-estar, pois colocam os pontos fortes acima das limitações.

FLAVIA DANIELA DOS SANTOS MOREIRA

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Temática da Deficiência Visual do Instituto Benjamin Constant – PPGEDV/IBC.

CATIA CRIVELANTI DE FIGUEIREDO WALTER

Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Educação. Departamento Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

AMARAL, I.; CELIZIC, M. Quality indicators in the education of children with Profound Intellectual and Multiple Disabilities. *Da Investigação às Práticas*, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 112-125, 2015.

ANDERSON, K.; BURCKHARDT, C. Conceptualization and measurement of quality of life as an outcome variable for health care intervention and research. *Journal of Advanced Nursing*, v. 29, p. 298-306, 1998

ARÁOZ, S. M. M; COSTA, M. P. R. *Deficiência múltipla: as técnicas MAPA e Caminho no apoio à inclusão*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ARGYROPOULOS, V.; THYMAKIS, P. Multiple disabilities and visual impairment: na action research project. *Journal of Visual Impairment & Blindness*, v. 108, n. 2, p. 163-167, 2014.

BISSOTO, M. L. Deficiência intelectual e processos de tomada de decisão: estamos enfrentando o desafio de educar para a autonomia? *Educação Unisinos*, v. 18, n. 1, p. 3-2, 2014.

BRONFENBRENNER, U. *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

BROTHERSON, M. J. *at al*. Understanding Self-Determination and families of young children with disabilities in home environments. *Journal of Early Intervention*, v. 31, n. 1, p. 22-43, 2008.

BUNTINX, W. H.; SCHALOCK, R. L. Models of disability, quality of life, and individualized supports: Implications for professional practice in intellectual disability. *Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities*, v. 7, n. 4, p. 283-294, 2010.

CARVALHO, E. N. S. *Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência múltipla*. v. 1. Fascículos I – II – III. Brasília: MEC/SEESP, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_multipla_1.pdf Acesso em 01 setembro de 2020.

CARTER, E. W.; SISCO, L. G.; LANE, K. L. Paraprofessional Perspectives on Promoting Self-Determination Among Elementary and Secondary Students with Severe Disabilities. *Research & Practice for Persons with Severe Disabilities*, v. 36, n. 1-2, p. 1-10, 2011.

- CHEN, D. Who are young children whose multiple disabilities include visual impairment? In: CHEN, D.; DOTE-KWAN, J. *Starting points: instructional practices for young children multiple disabilities include visual impairment*. Los Angeles, California: Blind Children Center, 1995.
- CHU, S. Family voices: promoting foundation skills of self-determination for young children with disabilities in Taiwan. *Asia Pacific Education Review*, v. 19, p. 91–101, 2018.
- DIENER, E. Subjective well-being. *Psychological Bulletin*, v. 95, n. 3, p. 542-575, 1984. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1984-23116-001>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- DOTÉ-KWAN, J. Instructional strategies. Chapter 4. In: CHEN, D.; DOTE-KWAN, J. *Starting points: instructional practice for young children whose multiple disabilities include visual impairment*. Los Angeles, CA: Blind Childrens Center, 1995.
- ERWIN, E. J. *et al.* How to promote self-determination for young children with disabilities: evidenced-based strategies for early childhood practioners and families. *Young Exceptional Children*, v. 12, n. 2, p. 27-37, 2009.
- FIELD, S. *et al.* Self-Determination for persons with disabilities: a position statement of me division on career development and transition. *Career Development for Exceptional Individuals*, v. 21, n. 2, p. 113-128, 1998.
- FISHER, M. H. *et al.* K. Applying the self-determination theory to develop a school-to-work peer mentoring programme to promote social inclusion. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, v. 33, n. 2, p. 1-14, 2019.
- HAELEWYCK, M. C. Comment favoriser l'autodétermination des jeunes em situation de handicap afin de développer leur identité personnelle? *La Nouvelle Revue de L'Adaptation et de la Scolarisation*, v. 63, n. 3, p. 207-217, 2013.
- HORN, E. M.; KANG, J. Supporting young children with multiple disabilities: what do we know and what do we still need to learn? *Topics in early childhood special education*, v. 31, n. 4, p. 241–248, 2012.
- IWANAGA, K. *et al.* Evaluation of constructs based on self-determination theory and self-efficacy theory as predictors of vocational rehabilitation engagement for people with physical and sensory disabilities. *Rehabilitation Counseling Bulletin*, p. 1-4, July 2020.
- KENNEDY, C. H.; HARING, T. G. Teaching choice making during social interactions to students with profound multiple disabilities. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 26, n. 1, p. 63–76, 1993.
- LIU, W. C. *et al.* What determines teachers' use of motivational strategies in the classrooms? a self-determination theory perspective. *Journal of Education*, v. 200, n. 3, p.185-195, 2020.
- MCDougall, J.; EVANS, J.; BALDWIN, P. The importance of self-determination to perceived quality of life for youth and young adults with chronic conditions and disabilities. *Remedial and Special Education*, v. 31, n. 4, p. 252-260, 2010.

MOREIRA, F. D. S. *PACT – Programa de comunicação alternativa tátil para crianças com deficiência múltipla sensorial*. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2021. Disponível em:

http://antigo.abc.gov.br/images/conteudo/livros/miolo_livros/PACT_Flavia_Daniela_fi nal.pdf

NAKKEN, H.; VLASKAMP, C. A need for a taxonomy for profound intellectual and multiple disabilities. *Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities*, v. 4, p. 83-87, 2007.

ORSATI, F. T. *et al.* Padrões perceptuais nos transtornos globais do desenvolvimento: rastreamento ocular em figuras sociais e não sociais. *Psicologia: teoria e prática*, v. 11, n. 3, p.131-142, 2009. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872009000300011&lng=pt&nrm=iso Acesso em 15 maio 2020.

PALMER, S. B. *et al.* Foundations for self-determination in early childhood: an inclusive model for children with disabilities. *Topics in Early Childhood Special Education*, v. 33, n. 1, p. 38–47, 2012.

PARÉ, G.; KITSIOU, S. *Chapter 9: methods for literature reviews*. In: LAU, F.; KUZIEWSKY, C. (editors). *Handbook of eHealth Evaluation: an evidence-based approach* [Internet]. Victoria (BC): University of Victoria, 2017 Feb 27. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29431951/> Acesso em 02 maio 2020.

RYAN, R. M.; DECI, E. L. Self-Determination Theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American Psychologist*, v. 55, n. 1, p. 68-78, 2000.

RYAN, R. M.; NIEMIEC, C. P. Self-determination theory in schools of education: can empirically supported framework also be critical and liberating? *Theory and Research in Education*, v. 7, n. 2, p. 263-272, 2015.

SÁ, M. R. C.; PLETSCH, M. D. A participação de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus: intercessões entre o modelo bioecológico e a funcionalidade humana. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 16, p 1-15, 2021.

SHOGREN, K. A.; TURNBULL, A. P. Promoting self-determination in young children with disabilities: the critical role of families. *Infants & Young Children*, v. 19, n. 4, p. 338-352, 2006.

TURNBULL, A.; TURNBULL R. Self-Determination for individual with significant cognitive disabilities and their families. *Journal of the Association for Persons with Severe Handicaps*, v. 26, n. 1, p. 56-62, 2001.

UNESCO. *Child disability and COVID-19: leaving no one behind during the pandemic: children with disabilities and COVID-19*. 2020. Disponível em: <https://data.unicef.org/topic/child-disability/covid-19/> Acesso em 09 setembro 2020.

WEHMEYER, M. L.; PALMER, S. Promoting the acquisition and development of self-determination in young children with disabilities. *Early Education and Development*, v. 11, n. 4, p. 465-481, 2000.

WEHMEYER, M. L. *et al.* Impact of the self-determined learning model of instruction on self-determination: a randomized-trial control group study. *Exceptional children*, v. 78, n. 2, p. 135–153, 2012.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Investing in mental health. Geneva: *World Health Organization*, 2003. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/42823> Acesso em 28 junho 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Considerations in adjusting public health and social measures in the context of COVID-19. 16 April 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/considerations-in-adjusting-public-health-and-social-measures-in-the-context-of-covid-19-interim-guidance>. Acesso em 09 setembro 2020.

ZEKOVIC, B.; RENWICK, R. Quality of life for children and adolescents with developmental disabilities: Review of conceptual and methodological issues relevant to public policy. *Disability and Society*, v. 18, p. 19-34, 2003.

Recebido em: 19/02/2021.

Aprovado em: 19/07/2021.